



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA (IPOL)**

LETÍCIA REGINA DE SOUZA BRITO

**MANIFESTAÇÕES 2013-2014: DIÁLOGOS ENTRE A SOCIEDADE
CIVIL E A CLASSE POLÍTICA E SEUS DESDOBRAMENTOS**

Brasília
2018

LETÍCIA REGINA DE SOUZA BRITO

**MANIFESTAÇÕES DE 2013-2014: DIÁLOGOS ENTRE A SOCIEDADE
CIVIL E A CLASSE POLÍTICA E SEUS DESDOBRAMENTOS**

Monografia apresentada ao Instituto de
Ciência Política da Universidade de
Brasília para conclusão do curso de
graduação em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Aninho Irachande

Brasília

2018

LETÍCIA REGINA DE SOUZA BRITO

**MANIFESTAÇÕES 2013-2014: DIÁLOGOS ENTRE A SOCIEDADE
CIVIL E A CLASSE POLÍTICA E SEUS DESDOBRAMENTOS**

Monografia apresentada como pré-requisito
para a obtenção do título de bacharel em
Ciência Política pela Universidade de Brasília e
apresentada a seguinte banca examinadora:

PROFESSOR ANINHO IRACHANDE
Orientador – Universidade de Brasília

(Universidade de Brasília)

Brasília
2018

DEDICATÓRIA

Dedico a realização deste trabalho primeiramente a Deus, “*o Senhor que me sustém*” (Salmos 3:5). Dedico também aos meus pais, meu irmão e meus amigos que me apoiaram do início ao fim. E à Mia, minha companheira fiel.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus, por permitir e possibilitar que todas as coisas aconteçam em minha vida. Minha jornada que me trouxe até a Universidade e me levou até a conclusão desse curso foi possibilitada por sua Mão que me sustém e me dá forças. Esteve comigo em meus momentos de adversidade e quando eu mais pensei em desistir. Deus é bom o tempo todo.

À minha mãe, por sua paciência e apoio, e por nunca ter duvidado da minha capacidade. Sempre confiou em mim e expressou seu orgulho pelos meus objetivos realizados. Creio que em qualquer coisa que eu me dispusesse a fazer ela estaria lá, assim como esteve no passado, a me apoiar. A ela que transborda amor, agradeço. Ao meu pai, que trabalhou junto comigo em nossos muitos debates, me levando a refletir e a ter pensamentos mais críticos sobre a vida e sobre os assuntos políticos. A ele que nunca se poupou, agradeço imensamente. Aos dois em conjunto, pelo apoio que recebi durante toda a minha vida, tanto financeiro, quanto emocional. Não mediram esforços para garantir que eu realizasse meus sonhos, e ficam tão felizes com as minhas realizações como se fossem as suas. Ao meu irmão, Nando, que amo tanto e que é exemplo de força e de mudança.

À Lívia, que não sabe ainda, mas que para mim atuou como uma *coach*. Ela me ajudou a enfrentar as dificuldades da universidade nos momentos em que o que eu mais queria fazer era fugir. Sofremos juntas o sufoco de passar no vestibular, e ao entrar na faculdade, fomos cúmplices durante todos os anos até o momento presente.

À Alessandra, minha psicóloga. Graças a ela pude voltar para a faculdade após um ano e meio afastada. Agradeço por seus conselhos e pelo autoconhecimento que as nossas conversas proporcionaram. Devo a ela e a Deus a melhora conquistada em relação à minha ansiedade, que me paralisava e me afastava de tudo e de todos. Sempre me lembrou da minha própria capacidade e das minhas conquistas passadas, as quais me impulsionaram a seguir em frente. Sinto que esteve presente durante todo esse período de crescimento emocional e acadêmico, me acompanhando passo a passo.

A todos os meus amigos e colegas da universidade, que suavizaram a minha caminhada. Com eles aprendi a respeitar as diferenças e a me abrir para novas experiências. Agradeço por todos os momentos que me alegraram de alguma forma, e também pelos momentos em que me ensinaram.

Aos professores, com quem tive a oportunidade de aprender, principalmente ao meu orientador Aninho Irachande, por sua paciência e motivação dadas durante toda a orientação.

Por fim, agradeço à Mia, minha *pet* companheira. Fez-me companhia em muitas madrugadas durante a graduação e também enquanto eu escrevia esta monografia.

A todos, agradeço!

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar as manifestações realizadas em 2013 e em 2014 e os diálogos que produziram entre a sociedade civil e a classe política, assim como os desdobramentos que causaram. As manifestações impactaram a sociedade brasileira, sendo comparadas com manifestações históricas e bem conhecidas como as Diretas Já. O trabalho aponta que as demandas expressadas pelos manifestantes não foram substancialmente compatíveis com as respostas prometidas e realizadas pelos governantes. As análises feitas atestam a existência de uma crise de representatividade, ao serem observadas as faltas de interação e de responsividade entre representantes e representados. Percebe-se também a importância das manifestações para a abertura do diálogo entre sociedade civil e Estado, e também para a introdução de um debate na opinião pública sobre os temas reivindicados. Os desdobramentos das manifestações podem ser resumidos na polarização da sociedade brasileira e em mudanças políticas que, por vezes, desvirtuaram as principais reivindicações.

Palavras-chave: Representação Política, Manifestações 2013-2014, Participação Política, Sociedade Civil, Estado.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the protests held in 2013 and in 2014 and the dialogues they produced between civil society and the political class, as well as the developments they have caused. The protests have impacted Brazilian society, being compared with historical manifestations and well known as the Diretas Já. The work indicates that the demands expressed by the protesters were not substantially compatible with the answers promised and carried out by the rulers. The analyzes made show the existence of a representativeness crisis, when the lack of interaction and responsiveness between representatives and represented are observed. The importance of the protests for the opening of the dialogue between civil society and the State is also evident, as well as the introduction of a debate in public opinion on the subjects claimed. The unfolding of the protests can be summarized in the polarization of Brazilian society and political changes that have sometimes distorted the main demands.

Keywords: Political Representation, Protests 2013-2014, Political Participation, Civil Society, State.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: TEORIAS E CONCEITOS	11
1.1 A TEORIA DA REPRESENTAÇÃO E O GOVERNO REPRESENTATIVO	11
1.2 SOCIEDADE CIVIL E ESTADO	16
1.3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	19
CAPÍTULO 2: MANIFESTAÇÕES 2013-2014	23
CAPÍTULO 3: DIÁLOGOS E INTERAÇÕES ENTRE A SOCIEDADE CIVIL E A CLASSE POLÍTICA	34
CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

INTRODUÇÃO

As manifestações de 2013 surpreenderam pelo seu aparente caráter de espontaneidade e pela rápida agregação de participantes, que chegaram a alcançar o montante de um milhão em todo o Brasil. Inicialmente com poucas pessoas, e lideradas por um movimento ligado ao transporte público, o número de participantes foi rapidamente aumentado após a repressão policial. O aumento do movimento trouxe como complemento a multiplicidade de pautas, que tornaram a sua compreensão mais dificultada.

As demandas expressas pelos manifestantes foram variadas, porém tinham muitos pontos em comum, que estavam ligados ao bem estar geral da população. Em 2013 e, principalmente, em 2014, a Copa do Mundo a ser sediada no Brasil era um ponto compartilhado, bem como a insatisfação com o atual sistema político.

A representação política passou a ser questionada e ouviu-se falar em uma crise de representatividade. A participação política extrainstitucional, no começo, foi rechaçada sobretudo pela mídia. Todavia, a garantia do direito de protestar passou a ser uns dos motivadores dos participantes.

Com o intuito de esclarecer quais eram as demandas expressas nas manifestações e as respostas fornecidas pelos representantes, no presente trabalho foram analisados artigos científicos, bem como *sites* de notícias e de informações relacionados aos principais pontos apresentados nos movimentos.

No primeiro capítulo, são apresentados teorias e conceitos sobre a representação política, participação política e sociedade civil e Estado. Entende-se que são necessários para compreender melhor a interação entre as manifestações e as respostas enunciadas pelos governantes.

No capítulo dois, as manifestações tem o foco central. Nele, são detalhadas as principais informações sobre cada um dos referidos anos, tendo como objetivo apreender as demandas apresentadas e os sujeitos que participaram.

No último capítulo, são expostas análises das respostas oferecidas pelos representantes e os desdobramentos ocasionados pelas manifestações.

CAPÍTULO 1: TEORIAS E CONCEITOS

Algumas situações presentes na política brasileira podem levar à compreensão de que o sistema político atual passa por uma crise de representatividade. Eventos atuais parecem demonstrar o descontentamento populacional com as instituições políticas e, principalmente, com seus representantes. Sendo a democracia contemporânea em sociedades extensas e complexas vinculada ao governo representativo, a relação entre representantes e representados desempenha um papel primordial para se fazer entender a atual conjuntura política.

Desta forma, impera elucidar alguns conceitos principais para a compreensão da relação entre representantes e representados como, por exemplo, a própria teoria da representação, e o desenvolvimento do governo representativo. Posteriormente, os conceitos de sociedade civil e de Estado, assim como a participação em si serão explicados à luz de algumas teorias.

1.1 A TEORIA DA REPRESENTAÇÃO E O GOVERNO REPRESENTATIVO

A teoria da representação apresentada por Pitkin revela um dos principais questionamentos até hoje evocados quando se fala em democracia e governo representativo: devem os governantes ser somente emissores das vontades dos representados ou possuem independência para a tomada de decisão? Como ficaria a representação caso se seguisse uma das duas posições?

De acordo com Pitkin (1989), o conceito de representação foi sendo modificado ao longo da história, tendo a palavra latina *representare* o significado de “tornar presente ou manifesto; ou apresentar novamente” e sua utilização se restringia a objetos inanimados. Assim, inicialmente a concepção da palavra “representar” não se relacionava com “agir para outros” ou “atuar em lugar de alguém por meio de autorização” (PITKIN, 2006, pp. 17).

Hobbes foi o primeiro a introduzir a representação na teoria política, e apesar de o conceito de representação ter se modificado diversas vezes após ele, a conotação empregada pelo autor em *O Leviatã* dá a entender que a representação foi entendida em termos de autorização. Ou seja, para Hobbes representar significa agir por outro por meio de

autorização, estando o representado vinculado às ações dos representantes como se elas fossem as suas próprias.

Assim, segundo a definição formalista de Hobbes o representante teria novos direitos, enquanto os representados de certa forma adquiririam novas obrigações.

Na relação entre representante e representado, Hobbes dá a entender que o representante saberia a vontade do representado e não realizaria somente a sua vontade. No entanto, não haveria a situação de não representar como deveria, portanto as críticas e resistências ao soberano não seriam invocadas (PITKIN, 2006).

Burke, em seu discurso aos eleitores de Bristol, reconhece que é papel dos representantes se comunicar e manter a união com os representados, atentando aos seus desejos e suas opiniões. No entanto, os representantes possuem independência em seu julgamento, pois a atividade legislativa requer deliberação e não apenas a apresentação das vontades e opiniões, sendo necessário o exercício da razão. Desta forma, se posiciona contrariamente ao tipo de representação em que o representante seria apenas o emissor das vontades do seu eleitorado (BURKE, 2012, pp. 100 e 101).

Kinzo (1980), ao analisar a teoria da representação e como ela foi apresentada por diversos autores, argumenta que por mais que haja críticas em relação à interpretação da representação como autoridade, esta seria válida. No entanto, se refere a apenas um dos aspectos da representação.

A concepção descritiva da representação, em que é preciso que haja relação de semelhança entre representante e representado, também contribui para um dos aspectos importantes da representação. Este tipo de representação, não garante que haja maior representação entre o representante e sua base, todavia “a composição do corpo representativo é relevante” (KINZO, 1980, pp. 28, 29).

Phillips (2001), igualmente trata sobre a representação política, e faz um contraponto da concepção da representação política propagado pelos liberais que, por um lado, se basearia em ideias e crenças. Por outro lado, aborda o surgimento de uma corrente impulsionada pelo debate sobre a política de presença, que traz como um dos pontos a serem considerados as características pessoais dos representantes. Ao se tratar de política de presença, pensa-se logo na representação descritiva, na qual haveria uma proporcionalidade na composição do Parlamento em relação aos grupos existentes na sociedade.

O debate sobre exclusão e inclusão política coloca em evidência o entendimento sobre o que seria uma representação justa, sendo o fator de presença política de determinados grupos essencial para considerar um governo realmente representativo. Ao mesmo tempo, coloca em destaque o problema da representação descritiva em relação à prestação de contas, sendo que aquela parece depender mais das características pessoais ou de grupo. Ainda que haja um desencanto com os mecanismos de responsabilização hoje existentes, há uma ideia geral de como eles devem ser desenvolvidos. Assim, a prestação de contas é sempre considerada quando se fala em representação, e fica complicado falar em prestação sem levar em consideração as ideias e programas (PHILLIPS, 2001, pp. 288).

A autora conclui que escolher entre a política de ideias e a política de presença, e tratá-las como mutuamente excludentes, não é a melhor maneira de se pensar a representação. Não se pode pensar somente numa política de ideias, sem levar em conta a exclusão de pessoas, e também não se pode pensar numa política de presença, sem levar em conta os interesses e ideias, que são também aspectos da representação. Desta forma, para se chegar a uma forma justa de representação, é preciso conciliá-las (PHILLIPS, 2001).

Quanto à polêmica sobre o mandato imperativo e o mandato livre, Eulau *et al* (1973, apud Kinzo, 1980) e seu estudo empírico, no qual se chegou à conclusão de que a atividade legislativa apresenta as duas formas de conceber a representação, podendo-se pensar a representação como um *continuum* tendo o livre mandato e o mandato imperativo como os dois pólos.

Assim, pergunta-se se tal dilema realmente existe, sendo que essa dicotomia “não exaure o tipo de atividade representacional”. Kinzo traz como alternativa a conclusão a que chegou Pitkin de que o dilema levantado seria um falso problema, pois tal ambiguidade é própria do conceito de representação (KINZO, 1980, pp. 42 e 43).

O que se pode apreender é que no centro do conceito de representação, como diz Kinzo, o ponto fundamental é como fazer com que as demandas dos representados sejam ouvidas e que as decisões sobre questões cruciais da vida sejam tomadas.

Young (2006) quando trata de representação, assinala a sua importância devido às redes complexas da vida moderna. Cita as críticas muitas vezes elencadas à democracia representativa quanto ao momento da participação, o qual é muitas vezes restrito apenas ao momento eleitoral, e que após a eleição dos seus representantes os cidadãos não seriam mais necessários. Admite o fato de algumas democracias representativas desestimularem a

participação dos cidadãos nas decisões e discussões políticas (YOUNG, 2006, pp. 146). Todavia, questiona a real condição de representatividade nesses sistemas políticos, tendo como base os ideais normativos da democracia comunicativa.

Para a sua conceituação de representação, utiliza o conceito de *différance*, cunhado por Derrida, e chega ao entendimento de que representação é o reconhecimento de que há uma separação entre representantes e representados, ao mesmo tempo em que pressupõe um relacionamento entre os eleitores e os representantes e entre os eleitores entre si (YOUNG, 2006, pp. 149).

Assim, interpreta normativamente a representação não como um ato de se por em lugar de outro, ou agir por outro, mas sim sob a perspectiva relacional entre eleitores e representantes. Para ela, não há como negar que os representantes irão se separar dos eleitores, contudo, devem estar conectados com eles, da mesma forma que os eleitores precisam estar ligados entre si, sendo que muitas vezes sistemas deixam de ser democráticos pela falta de relacionamento entre os componentes. Admite a facilidade do rompimento dessas relações nas sociedades modernas e a dificuldade em mantê-las (YOUNG, 2006, pp. 150).

Manin (1995), por sua vez, também trata da atual crise de representatividade, e se há realmente uma crise ou se é a representação que tem sido modificada e, por conseguinte, modificando a relação entre representante e representado de modo que se pense que há uma crise.

O argumento principal apresentado pelo autor diz respeito à mudança que o governo representativo sofre, o que traz como efeito a pouca confiança do eleitorado em relação aos partidos políticos. Uma das características anteriormente presentes nos eleitores eram a grande identificação com um partido político e a fidelidade a ele; apresentação de opiniões eleitorais diferentes das apresentadas em períodos não eleitorais; expressão das opiniões por meio de organizações e pesquisas de opinião, e eleição de representantes não pelo programa apresentado, mas pelo aspecto pessoal (MANIN, 1995).

Para compreender um pouco mais sobre o governo representativo, Manin analisa algumas de suas formas históricas, em que estavam presentes princípios apresentados em suas formas concretas, o que possibilita maior poder de análise e comparação entre os tipos apresentados.

Desta forma, Manin (1995) cita os quatro princípios do governo representativo, que se apresentam em todas as formas históricas deste governo, sendo eles: a eleição dos

representantes pelos governados, a independência parcial dos representantes diante dos interesses e preferências dos eleitores, a possibilidade de manifestação da opinião pública sobre assuntos políticos sem o controle do governo e, a tomada de decisão política realizada após os debates.

O primeiro princípio, que se refere à eleição, procura demonstrar que as eleições não tem como consequência a eliminação das diferenças entre o povo e seus governantes – possibilitando a formação de elites - mas sim a legitimação do poder por parte destes, ou seja, a atribuição de autoridade para que se legitime o governo de uns sobre outros. Como o governo representativo tem como uma de suas qualidades a presença de eleições repetidas, criam-se oportunidades para que o povo exerça influência sobre os representantes (MANIN, 1995).

O segundo princípio se refere à independência parcial dos representantes, pois, de acordo com Manin (1995): “O governo representativo nunca foi um sistema em que os eleitos têm a obrigação de realizar a vontade dos eleitores: esse sistema nunca foi uma forma indireta de soberania popular”. O governo representativo é contrastado com a democracia.

O terceiro princípio revela a ideia prevaiente de que o governo representativo pressupõe a liberdade de expressão das opiniões políticas e o acesso às informações políticas com a publicização das decisões governamentais. Por fim, insere a realização de debates, necessários devido à diversificação das vontades, ao mesmo tempo em que defende a igualdade entre elas, ou seja, nenhuma superioridade é conferida a determinados indivíduos de modo que possam impor sua vontade sobre as outras (MANIN, 1995).

Não cabe adentrar nos três tipos de governo representativo exposto por Manin, que seriam o governo representativo de tipo parlamentar, a democracia de partido e a democracia do público. Também não é objetivo deste trabalho enquadrar o momento político atual em um dos tipos do governo representativo, apesar de o autor ter deixado aparentemente claro de que se trata de uma democracia de público. O objetivo essencial é explicar o que é um governo representativo e isto podemos fazer observando os princípios que estiveram presentes em cada um deles, e que se encontram sintetizados acima.

1.2 SOCIEDADE CIVIL E ESTADO

Sociedade civil e Estado são apresentados atualmente como dicotômicos. Para Bobbio, isso quer dizer que é difícil articular a definição de um sem recorrer à definição do outro. Um ponto que ele destaca diz respeito ao termo “sociedade civil” com o significado de relações sociais, cujo significado procura demonstrar a distinção existente entre elas e as relações políticas. O termo “sociedade civil” foi cunhado por teóricos alemães, principalmente por Marx e Hegel (BOBBIO, 1987, pp. 34).

No termo “sociedade civil”, definido de forma vaga como um “conjunto de relações não reguladas pelo Estado”, podem-se derivar diversas acepções do que significaria sociedade civil. Assim, poderia significar uma infraestrutura, sendo o Estado a superestrutura, ou do ponto de vista do Estado, poderia ter a conotação de propiciadora de renovação e fragmentação, e ainda, como apresenta Gramsci, sociedade civil poderia representar o ideal de uma sociedade sem Estado, que surgiria após a extinção do poder político (BOBBIO, 1987, p. 35).

Por outro lado, as tentativas de conferir uma definição positiva de sociedade civil, ou seja, daquilo que ela é, em vez de aquilo que ela não é, levam a definições como: “sociedade civil é o lugar onde surgem e se desenvolvem os conflitos econômicos, sociais, ideológicos, religiosos, que as instituições estatais têm o dever de resolver ou através da mediação ou através da repressão” (Ibid., pp. 36).

Portanto, os sujeitos da sociedade civil seriam as organizações, classes sociais, grupos de interesse, associações, os movimentos e etcetera. Os partidos, de acordo com Bobbio, possuem tanto um lado na sociedade civil, pois conciliam e transmitem as demandas da sociedade civil, quanto um lado estatal, sendo responsáveis pela reaproximação e enriquecimento dessa dicotomia, visto ter sido cunhado o termo “sociedade política” ao se referir aos partidos e seus membros (BOBBIO, 1987).

As teorias mais recentes se referem à sociedade civil como o espaço de formação das demandas que são levadas ao sistema político e que este tem a obrigação de responder. Faz-se então o contraste entre qualidade e quantidade das demandas e a capacidade que o Estado teria de respondê-las. Pode-se citar o debate atual sobre o aumento das demandas na sociedade civil, e a dificuldade ou a incapacidade do Estado em atendê-las, o que poderia

acarretar ingovernabilidade e questionamentos sobre a legitimidade dos governantes (Ibid., pp. 36).

Bobbio também disserta que a sociedade civil é o lugar de construção de poderes que tendem a formar uma legitimidade própria, principalmente em períodos identificados como os de crise institucional, ou seja, seria o espaço capaz de gerar deslegitimação e relegitimação. Explica com isso o que frequentemente é falado sobre ser a sociedade civil a esfera onde se encontraria a solução para as crises de um sistema político, pois ali são encontradas outras fontes de legitimação e de zonas de consenso. Inclui também na sociedade civil a opinião pública, sendo esta a “pública expressão de consenso e de dissenso com respeito às instituições” políticas, e que geralmente é transmitida por meios de comunicação em massa. Para Bobbio, sem a opinião pública a sociedade civil está fadada a perder sua utilidade e corre o risco de desaparecer (Ibid., pp. 37).

Ao retratar a disputa pela democracia na América Latina Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) exprimem insatisfação acerca de como a sociedade civil e o Estado são tratados como atores homogêneos e não em sua heterogeneidade intrínseca, o que poderia ser percebido pelos diversos projetos em disputa no processo de construção democrática.

Assim, também se põem contrários à dicotomia usual entre sociedade civil e sociedade política, pois se ignora as suas relações, impedindo a formação de uma visão mais elaborada sobre as relações entre sociedade política e civil, que inclusive são possibilitadas pelos projetos em disputa que perpassam ambas (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006).

Outra crítica dos autores se refere à crença de que a sociedade civil teria em si o pólo virtuoso de agente democratizante da sociedade, enquanto o estado seria a “encarnação do mal”, responsável pelo conservadorismo e autoritarismo. Para os autores, há tanto projetos democratizantes, quanto projetos autoritários em ambos os espaços (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, pp. 15 e 16).

A noção de heterogeneidade da sociedade civil coloca em evidência as diferenças internas da sociedade civil quanto aos atores sociais, projetos políticos, formas de interação com Estado, forma de ação coletiva e construção identitária. Apontam também para a ação do Estado que pode influenciar na configuração da sociedade civil, e que acabou por reconfigurá-la por meio da proliferação das ONGs (DAGNINO, OLVERA, PANFICHI, 2006).

Por outro lado, deve-se atentar também que em regimes não totalitários, o Estado também apresenta heterogeneidade, sendo uma das facetas explicativas os diferentes períodos e ciclos

políticos em que as instituições foram construídas, além dos diferentes níveis de governo, que acumulam aspectos para fundamentar sua heterogeneidade (Ibid., pp. 27 e 34).

No que se refere aos movimentos sociais e às manifestações, Peruzzo (2013) destaca que não se pode confundir movimento social ou movimento popular com coletivos, grupos, associações ou manifestações coletivas. Assim, protestos, manifestações, revoltas, entre outros, não são necessariamente movimentos sociais ou populares. Estes pressupõem uma forma de organização coletiva, e têm como base a formação de laços consistentes entre os que pertencem a tais movimentos. Possuem, pois, aspectos como durabilidade, identidades compartilhadas, clareza sobre as demandas a serem reivindicadas bem como sobre as táticas utilizadas (Ibid., pp. 76).

Scherer-Warren (2014) também aponta para a importância da distinção entre manifestação de rua e movimento social organizado. Os movimentos sociais, de acordo com a autora, tendem a ter uma permanência temporal, agindo de forma continuada para além das manifestações. Estruturam-se por meio de redes de militâncias, e trabalham conjuntamente para a formação de significados políticos e culturais, tendo o objetivo de produzir ações que influenciem na formação ou andamento das políticas públicas, bem como na cultura, na política ou no sistema social.

Os movimentos sociais se organizam de forma continuada, o que inclui organizações de base e entidades que procuram se articular para obterem entendimentos em comum. Requerem que haja articulações dos discursos, essenciais para conduzirem a elaboração de demandas e projetos, que por final serão traduzidos em ações. Por fim, buscam nas manifestações, protestos, e ações a visibilidade, no entanto, não se reduzem a esses momentos que promovem (SCHERER-WARREN, 2014, pp. 422).

Scherer-Warren (2014) aponta para a necessidade de compreensão das novas manifestações de rua no mundo, e para isso vê como relevante examinar as mudanças que ocorreram nas organizações e em movimentos sociais da época contemporânea.

Raúl Zibechi (2013, apud SCHERER-WARREN, 2014, pp 422), fala sobre as mudanças que ocorreram nas manifestações de rua do Brasil, que eram em sua maioria rurais e passaram a ser protagonizadas nas cidades por causa da “nova centralidade espacial da segregação”. Além disso, Zibechi salienta a influencia de outros fatores como demográficos, econômicos, e políticos, permitem que haja diálogos entre atores de diferentes organizações.

As redes sociais, adicionalmente, facilitaram o diálogo e as articulações entre os diferentes atores e, assim, a “transversalidade de identidades” (Ibid., pp. 422).

1.3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A participação, assim como a sociedade civil e a representação política, recebeu diversas conotações ao longo do tempo, tendo a sua definição modificada de acordo com o período, principalmente no que diz respeito à ampliação do significado.

Desta forma Borba (2012) realiza um mapeamento da literatura internacional para extrair as tipologias e modalidades de participação construídas por diferentes autores.

As pesquisas tradicionais definiam participação somente pelo seu momento eleitoral, ou seja, a influência que os indivíduos exerciam para a seleção dos funcionários governamentais, se configurando numa descrição restritiva por colocar o governo como o único alvo da participação e por ter como o único alvo o objetivo de influenciar (BORBA, 2012).

Percebe-se também, que a participação tinha uma conotação individual, sendo um ato singular. Outras formas de participação, chamadas de modalidades não convencionais, como os movimentos sociais protestos passaram a ser incluídas no debate (BORBA, 2012).

Essas formas extrainstitucionais de participação, antes consideradas como não convencionais, foram incluídas por alguns autores como modos de ação política empregada por ativistas, utilizados a depender do contexto. A distinção entre convencional e não convencional já não fazia muito sentido, visto que a maioria dos atos chamados de não convencionais se tornaram frequentes a ponto de serem “convencionalizados” nas democracias do século XXI (BORBA, 2012, pp. 272).

De acordo com Bobbio, na terminologia corrente da ciência política, o termo participação política é usado para qualificar diversas atividades como votar, militar em um partido político, participar de manifestações, apoiar um candidato durante a campanha eleitoral, pressionar um dirigente político, entre outros. Tal concepção de participação política só foi possível no contexto democrático ocidental. Atenta para o fato de que a participação pode ser interpretada de diferentes maneiras, visto que tomar parte em alguma coisa ou ser

somente um espectador pode ser considerado participação, mesmo sendo formas de participar bem distintas (BOBBIO, 2010, pp. 888).

Cita três formas ou gradações de participação política, sendo a primeira forma o que designa como *presença*, que é a forma menos acentuada de participar, caracterizando-se por atitudes consideradas passivas, ou receptivas como, por exemplo, a presença em reuniões. A segunda forma é designada por *ativação*, em que o sujeito realiza uma série de atividades a que foi delegado, que pode fazer de vez em quando, e que ele mesmo pode promover, como a difusão de imprensa de partidos. *Participação* em sentido estrito seria um termo reservado para situações em que o sujeito contribua de forma direta ou indireta para uma decisão política (Ibid., pp.888).

Vale ressaltar que, como dito, nem sempre a participação teve uma definição ampliada, que considerasse outras formas de atividades participativas além do voto.

Schumpeter é um dos teóricos mais conhecidos que relaciona democracia e participação política popular de forma negativa, ou seja, para que a democracia fosse bem sucedida, era preciso impedir a participação das massas. O excesso de participação traria prejuízo para a democracia, sendo que a título de exemplo Schumpeter cita o avanço do nazismo na República de Weimar, o que foi permitido pelo excesso de participação (MIGUEL, 2002, pp. 499 e 502).

O modelo de democracia desenvolvido por Schumpeter teve grande influência na forma em que os governos democráticos ocidentais estão organizados, reduzindo a participação ao mínimo, ou seja, ao voto, sendo negada qualquer manifestação popular (MIGUEL, 2002).

Trindade (2014) relaciona a construção democrática à participação. No Brasil, tem havido uma concentração maior nas formas institucionais de participação, principalmente após a redemocratização e a Constituição de 1988, que instaurou a participação social.

A partir deste ponto, foram implementadas diversas experiências participativas por todo o Brasil, principalmente a nível municipal como os Orçamentos Participativos, Conselhos Gestores de Políticas Públicas e Conferências de Políticas Públicas. Estas experiências participativas inovadoras abriram um leque de possibilidades de participação, pois se constituem meios de influenciar e debater sobre as políticas públicas, dando, assim, maior acesso à população quanto à informação e meios de inserção política.

O debate teórico brasileiro se voltou para essas formas institucionalizadas de participação, o que Trindade (2014) considera insuficiente para compreender o processo de democratização. Propõe, então, um deslocamento analítico, partindo da ideia de que outras formas de ação política como passeatas, protestos, manifestações públicas e ocupações, que têm em comum o caráter extrainstitucional, são também consideradas formas de participação política. As análises e pesquisas sobre as ações de protesto têm como objetivo estudar de forma prioritária o conflito, que traz a tona aspectos que não seriam enxergados de outra forma.

Assim, Trindade (2014) expõe o questionamento acerca da influência e relevância que ações políticas empreendidas nas ruas poderiam trazer para o debate sobre a luta pela democracia.

Tarrow (1997, apud TRINDADE, 2014, pp. 12), trata sobre esses tipos de ações que teriam um caráter conflituoso, disruptivo, como por exemplo, “atividades que interrompam o tráfego e incomodem os cidadãos”, e que de alguma forma produza situações de enfrentamento com o Estado.

Muitas vezes essas ações são empreendidas para que sejam criados canais de diálogo com o Estado, que de outra maneira não seriam feitos. Ou seja, as ações nas ruas, estão interligadas de certa forma com as ações institucionais, pois ambas as ações são modos de interação aos quais os movimentos recorrem.

Havendo, assim, impedimentos nos meios institucionais, o meio mais provável de evidenciar demandas seria através de dinâmicas mais conflituosas. No entanto, não significa que os protestos visem a apenas resultados concretos e pragmáticos, pois muitas vezes adquirirão um caráter simbólico: “são capazes de acionar um conflito central na sociedade brasileira”, tornando evidentes problemas elementares, ao colocá-los em debate na opinião pública (TRINDADE, 2014, pp. 13).

O ano de 2013 apresentou uma série de manifestações, inicialmente pequenas, mas que depois evoluíram em proporção, sendo continuadas também no ano seguinte, durante a Copa do Mundo de 2014. Como entender à luz dos conceitos apresentados as manifestações que eclodiram durante o referido período? Mais ainda, como aplicar os conceitos para entender a política atual, tendo como norte a análise da representação política, principalmente no que tange à relação entre representantes e representados? As manifestações poderiam de algum modo evidenciar as faltas e limitações do sistema político institucional atual? São essas

perguntas que procurarei responder mais a frente, como foco de que as manifestações reintroduziram e evidenciaram demandas sociais, mas além delas, demandas políticas, ligadas ao sistema representativo.

O conceito de representação a ser considerado é o da perspectiva relacional. Apreende-se que a representação é uma autorização, no entanto, o representante não se exime das responsabilidades das ações tomadas na função representativa ou da prestação de contas à população. A representação é caracterizada tanto pelo fato de ser autorizada, quanto pelo aspecto relacional.

Utiliza-se o conceito de sociedade civil, diferenciando-o do Estado, ou seja, demonstrando a separação existente entre ambos. O que não quer dizer que sejam dicotômicos ou opostos entre si, pois podem possuir os mesmos tipos de projetos. No entanto, para fins de análise, sociedade civil é caracterizada por não possuir regulação do Estado, bem como por ser o agente articulador de demandas, e pela sua capacidade de deslegitimação ou relegitimação.

Por sua vez, a participação política assume conceituação ampla, estando inseridas as ações políticas extrainstitucionais. Os protestos, passeatas, ocupações, manifestações, estariam inseridos como repertórios de participação a serem utilizados pela sociedade civil.

CAPÍTULO 2: MANIFESTAÇÕES 2013-2014

As manifestações de 2013, também conhecidas como Jornadas de Junho, impactaram o país no sentido da percepção do potencial mobilizador da sociedade.

Apontadas pelos diversos meios de comunicação como atos espontâneos, impulsionados pelas redes sociais, trouxeram perplexidade devido ao aumento exponencial dos participantes que resolveram sair às ruas para expressar palavras de ordem relacionadas a temas sociais e políticos. Justamente o aumento quase imediato do número de manifestantes, fez com que se agregassem demandas diversas além da demanda inicial, relacionada à tarifa dos transportes.

Com o intuito de entender um pouco melhor os discursos presentes em 2013 e em 2014, o artigo de Célia Pinto aborda o conceito de significante, segundo a teoria do discurso de Laclau, e a articulação de significantes que acabaram construindo os sentidos durante as manifestações para ajudar a compreender melhor a disputa discursiva que ocorreu no período.

Pinto (2017, pp. 123-6) apresenta como exemplo de significante o caso da democracia, que possui sentido diverso a depender do período ou local em que o termo é empregado. Assim, a democracia adquire sentido a partir de diferentes significantes, e a disputa no discurso político pode ser percebida através do embate entre posições diferentes quanto ao seu significado. Por conseguinte, para Laclau um significante vazio seria aquele que participa de cadeias de equivalência, as quais minimizam as diferenças e usam o significante vazio como um símbolo dessa cadeia. Esta cadeia, portanto, pode articular demandas diferenciadas como equivalentes, sendo que aqui o significante vazio não quer dizer que não tenha significado, mas é vazio justamente porque contém vários significados.

Já o conceito de significante flutuante, diz respeito a um significado que fica à disposição de discursos em disputa, como por exemplo, o combate à corrupção, que a depender do contexto pode adquirir tons mais progressistas ou mais conservadores. A autora destaca, sobre o significante flutuante, que seu entendimento é importante para a compreensão da mudança ocorrida de 2013 para 2014, sendo que no primeiro ano, muitos discursos se fragmentaram em discursos flutuantes, que se rearticularam em projetos discordantes em 2014 (Ibid., pp. 126, 127).

Esses conceitos – significante vazio, significante flutuante, cadeia de equivalência – serão importantes durante esse capítulo para compreender a análise feita por Pinto sobre as disputas discursivas, e também as suas modificações, no período de 2013 a 2014.

As manifestações de 2013 impactaram o Brasil pelo seu aparente caráter de espontaneidade. Os principais jornais televisivos acompanharam o movimento, principalmente a partir de junho, mês em que houve uma reviravolta quanto ao contingente de manifestantes que aderiram às manifestações buscando a redução da tarifa do transporte público, e também o principal momento de inclusão de pautas múltiplas.

As primeiras manifestações em junho ocorreram no dia 6 em São Paulo, com a participação de cerca de 120 pessoas, segundo os jornais, e cinco mil, segundo a organização do movimento. A reunião dos manifestantes aconteceu em frente ao Teatro Municipal e seguiu em direção ao centro da capital, onde foi duramente reprimida. No dia seguinte ocorreu mais uma manifestação, e também nos dias 11 e 13 de junho, momento em que fica clara a adesão popular – estima-se que houve manifestações em 400 cidades – e de outras pautas de luta, tendo destaque a luta pelo direito à liberdade de se manifestação (PERUZZO, 2013, pp. 78).

De acordo com o jornal da Folha, o ato promovido pelo Movimento Passe Livre (MPL) foi encorpado poucos dias depois das primeiras manifestações de junho, em que o movimento foi reprimido pelas forças policiais. No terceiro ato em junho, estima-se que o número de participantes tenha sido o de 20 mil pessoas, 15 mil a mais do que a manifestação em dias anteriores. O movimento se espalhou para outras capitais, e com a inclusão de novas causas, ele se avultou, chegando a uma estimativa de 215 mil pessoas em doze cidades no dia 17 de junho, sendo que em São Paulo, segundo as informações do Datafolha, foram contabilizadas 65 mil pessoas. No dia 20 de junho, apenas duas semanas depois das primeiras manifestações do mês, houve atos em 13 capitais, que chegaram a mobilizar mais de um milhão de pessoas. A partir daí, houve manifestações quase todo dia, com menor contingente populacional¹.

Inicialmente com caráter pacífico ficaram conhecidas por não serem convocadas por nenhum tipo das lideranças que tradicionalmente ocupavam as ruas do país em protestos anteriores, ou seja, não foram convocadas por partidos políticos ou sindicatos. (PERUZZO, 2013).

¹ Informações disponíveis em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1602961-protestos-de-junho-de-2013-atrairam-1-milhao-no-auge.shtml>. Acesso em: 03 jun. 2018

De acordo com Peruzzo, as manifestações significaram a expressão do descontentamento diante das sociais e também o desencanto em relação à política e ao governo, tendo também, de forma sutil, uma crítica ao sistema capitalista. Dentre as pautas levantadas pode-se citar a corrupção do governo, reforma política, melhorias na saúde, contra a PEC 37 – Proposta de Emenda à Constituição que visava à retirada dos poderes de investigação criminal do Ministério Público -, contra a FIFA por causa dos custos e do impacto das obras em função da Copa do Mundo, contra o aumento do transporte coletivo, contra alguns políticos, entre outras (Ibid., pp. 81).

O Movimento Passe Livre (MPL), que advoga em favor da mobilidade urbana, se mobilizou em razão do aumento do valor da passagem em 20 centavos e pela demanda do passe livre. Ressalta-se que os protestos deste movimento ocorreram não somente neste ano, mas também em anos anteriores, no entanto, sem tanta visibilidade e vitórias alcançadas (PERUZZO, 2013).

Sobre a articulação e organização da manifestação, Peruzzo destaca que a internet e as redes sociais tiveram grande importância, porém, não se pode concluir de imediato que o caráter da manifestação foi espontâneo. A agregação que ocorre na internet e redes sociais muitas vezes decorre de uma articulação e organização prévia e presencial de movimentos que já estavam engajados anteriormente em uma determinada causa, por isso seria errôneo atribuir a capacidade de organização das manifestações somente à internet (Ibid., pp. 85).

Destaca-se que grande parte do acompanhamento das manifestações foi feito através da internet, por portais de notícias e redes sociais. Plataformas como o Twitter e o Facebook eram utilizadas como meio de obter informações de primeira mão dos que participavam das manifestações e, também, um meio de traçar as respostas de alguns governantes que se utilizam dessas formas de comunicação. Inclusive o surgimento de mídias alternativas como o Mídia Ninja, que transmitia as manifestações ao vivo, fez com que se abrisse o debate para as informações que eram repassadas nos jornais televisivos.

A autora ressalta também a organização antecedente do Movimento Passe Livre (MPL), que foi criado em 2005 e que desde então vem realizando atos a favor de melhorias na mobilidade urbana. Assim, teve um papel importante fora da internet e redes sociais, exercendo presencialmente uma função significativa na organização das manifestações e nas convocações, ao menos inicialmente, pois num momento ulterior o MPL se decidiu pela retirada estratégica dos protestos devido à violência presente no movimento.

Contudo, destaca-se que apesar de o MPL ter desempenhado um papel importante, não se pode dizer que ele foi o protagonista das manifestações, o que é reconhecido por eles ao dizerem que foram apenas o estopim para as revoltas que se ampliaram e atingiram nível nacional, e que chegaram a angariar a apoio nas ruas de mais de um milhão de pessoas (PERUZZO, 2013).

Como foi visto, o movimento foi ampliado, passando não mais a exigir somente a tarifa zero ou a redução das tarifas do transporte público, que eram os motivos iniciais. As manifestações abarcaram pautas como os gastos públicos com a Copa do Mundo de 2014, que direcionaram as manifestações contra a FIFA em frente dos estádios de algumas capitais em que ocorriam os jogos da Copa das Confederações, e que foram reprimidos.

Peruzzo (2013) destaca que mesmo essas manifestações direcionadas contra os gastos com a Copa do Mundo de 2014 e contra as ações perpetradas pelo governo contra a população por meio das construções, tiveram por trás a organização dos Comitês Populares da Copa. Estes se organizaram em 12 cidades em que os jogos se realizaram e eram compostos por membros de diferentes associações e movimentos, que já faziam, nos anos anteriores, o trabalho de conscientização nas comunidades.

Desta forma, a hipótese de Peruzzo é que as manifestações de 2013 estão interligadas com um processo de conscientização que já havia sido feito em anos anteriores, mesmo que se reconheça a diversidade dos indivíduos que participaram que vão além dos tradicionais militantes. Para a autora, tal fato pode ser constatado pelas frases utilizadas durante o movimento e seus significados políticos, que indicam a participação de movimentos sociais, e a presença de bandeiras que já são reconhecidas (Ibid., pp. 86, 87).

Assim, ela reconhece a importância dos movimentos sociais presenciais nos protestos, e enfatiza que o movimento não começou na internet, e sim que a sua ampliação e a mobilização de milhares de pessoas foi permitida pela internet e pela mídia.

Em suma, Peruzzo (2013) conclui que as manifestações expressam a busca da população pela ampliação da cidadania, explicitando o interesse em participar e interferir na política e na busca por mudanças.

Scherer-Warren (2014) acrescenta também que uma das diferenças dessas manifestações de 2013 para outras ocorridas em décadas passadas – Caras Pintadas, Diretas Já, Grito dos Excluídos, entre outros – foi justamente a convocatória através das redes sociais, trazendo diversidade de demandas e maior visibilidade pela mídia.

Warren (2014), assim como Peruzzo (2013), cita o fato de que o Movimento Passe Livre (MPL) já tinha uma articulação a nível nacional desde meados dos anos 2000, com seus objetivos definidos coletivamente pelos membros. Esses objetivos não se traduzem somente na redução dos preços das passagens de ônibus, sendo essa uma estratégia relevante, mas dizem respeito em um aspecto geral à mobilidade urbana como direito fundamental a ser garantido.

Apesar de junho ter sido considerado o mês de início das manifestações pela grande mídia, Warren cita autores que indicam que as manifestações começaram na verdade em fevereiro de 2013, em Porto Alegre, quando o Bloco de Lutas reuniu um pequeno contingente de pessoas para protestar contra o novo aumento do preço das passagens de ônibus. Como nesse período as demandas não foram atendidas, as lutas continuaram até que em abril a Justiça concedeu uma liminar que reverteu o aumento das passagens, decisão que fez reunir quase quatro mil pessoas (segundo a Polícia Militar, e dez mil segundo a contagem do *Bloco de Luta*) para comemorar a vitória. (SCHERER-WARREN, 2014 pp. 418, 419).

Como o ato em São Paulo, começado no dia 3 de junho e nos dias seguintes de manifestações foram duramente reprimidos, houve a ampliação do movimento, ocorrendo manifestações autônomas que comportavam frequentemente grupos políticos antagônicos que concordavam com o direito de dar voz às demandas plurais, mas ao mesmo tempo questionavam e discordavam quanto à legitimidade de certas demandas (WARREN, 2014, pp. 419).

Houve protestos em relação aos meios de comunicação tradicionais e em relação ao sistema político, sendo este criticado quanto à corrupção. Quanto a políticas sociais de saúde, educação, segurança, mobilidade urbana, igualdade racial, entre outras, houve maior consenso entre os manifestantes. No entanto, as demandas eram genéricas, o que dificulta tanto um debate e aprofundamento maior sobre as questões, quanto a busca de soluções e propostas para resolução dos problemas.

Um ponto importante destacado por Warren (2014, pp. 421) é que:

[...] em relação a questões sistêmicas, essas últimas manifestações foram muito mais reativas ao status quo social ou político na sociedade brasileira do que propriamente propositivas ou transmissoras de utopias bem definidas para a mudança social.

Segundo Pinto, em 2013 a diversidade de pessoas que participaram das manifestações revela a enorme fragmentação discursiva. As manifestações eram compostas por três grupos: MPL, Black Bloc, a maioria fragmentada. O MPL se configurou no movimento mais organizado em 2013, pois apresentou demandas específicas, impedindo que o seu discurso se vinculasse a uma cadeia de equivalência e perdesse força ao se conciliar com as outras questões que circulavam nos protestos (PINTO, 2017, pp. 132).

Assim como o MPL, os Black Bloc também possuíam um discurso que se impunha pela diferença, impedindo a formação de cadeias de equivalência. Assim o quadro era formado por duas partes que continham discursos encerrados, e a outra maioria fragmentada, o que constituiu o fenômeno novo das manifestações. Essa maioria, composta por pessoas indignadas e não atreladas a nenhum grupo organizado, apresentava demandas não identificadas ideologicamente (Ibid., pp. 135).

É interessante observar que pesquisas estatísticas demonstram que no início das manifestações a popularidade de Dilma estava em alta, e só foi abaixar após os atos de protesto, ao que Pinto (2017) atrela à incapacidade do governo de reagir, por meio de um discurso popular, deixando um vazio discursivo.

Desta forma, as manifestações de 2013 se configuraram mais como um momento de diferenças do que de equivalências, apesar de aparentemente se observar as mesmas palavras de ordem nos atos, como as vinculadas a corrupção, descrédito nos políticos e nos partidos, elas tinham significados diferentes nos diversos enunciadores (Ibid., pp. 137).

Já Scherer-Warren (2014, pp. 426) considera que a articulação discursiva entre sujeitos plurais e muitas vezes ideologicamente diferentes e até opostos foi possibilitada pela identificação desses sujeitos como sujeitos de direitos e deveres, mais especificamente como sujeitos livres para se manifestar. Pode-se dizer que foi uma resposta à contenção realizada pelas instituições a esses direitos.

Assim, ficou evidente, no movimento, o antagonismo entre pautas mais progressistas e emancipatórias, como as defendidas pelo MPL, e as pautas de cunho mais conservador e corporativista como as defendidas por grupos de médicos que se opunham a uma política pública que ia de encontro aos interesses da sua categoria. Outro ponto de antagonismo foi demonstrado na diversidade de formas de atuação política na manifestação, pois havia a

presença de grupos que optavam pelo uso da violência, como o Anonymous e o Black Bloc, e outros grupos que defendiam manifestações sem o uso da violência.

Em seu texto Scherer-Warren apresenta alguns resultados das pesquisas do IBOPE que demonstram a diversidade da identificação dos sujeitos em relação às demandas expressas nas manifestações de junho de 2013. Quando perguntados sobre a razão pela qual se manifestavam as justificativas foram transporte público (37,6%), contra a PEC 37 (37,5%), ambiente político (29,9%), e saúde (12,1%). Quando considerada a soma de todas as razões mencionadas pelos manifestantes, o agrupamento temático dessas indica que as maiores demandas são relacionadas ao ambiente político (65%), transporte público (53,7%), Saúde (36,7%) gastos com a copa do mundo (30,9%), educação (29,8%), contra a PEC 37 (11,9%) e segurança pública ou justiça (10,2%). Pode-se perceber, portanto, dois eixos temáticos para as demandas: um no âmbito do sistema político e o outro no âmbito de políticas sociais (SCHERER-WARREN, 2014, pp. 426).

Ainda de acordo com essa pesquisa do IBOPE², realizada no dia 20 de junho com 2002 pessoas em oito capitais, 89% dos manifestantes diziam que não se sentiam representados por algum partido, e 83% não conseguiam se sentir representados por algum político. Já sobre a filiação a algum partido, 96% alegaram não serem filiados a nenhum partido, e 83% alegaram não serem vinculados a algum sindicato, entidade de classe ou entidade estudantil. Um dado interessante é que 94% dos manifestantes acreditavam que as manifestações trariam as mudanças reivindicadas (IBOPE, 2013).

Já em pesquisas domiciliares, com uma amostra de 1008 pessoas, 75% se diziam favoráveis às manifestações, em maior medida os mais jovens e com maior nível de escolaridade. Quase metade dos entrevistados acreditava que as manifestações trarão poucas mudanças, 26% responderam que as manifestações trariam muitas mudanças e 21% disseram que não traria mudança nenhuma. Sobre os motivos das manifestações, 59% disse ser por causa do aumento das tarifas do transporte público como principal fator, seguido pelo combate à corrupção e por melhores investimentos em saúde e educação. Houve 18% que acreditavam que as manifestações foram contra os políticos em geral. Por fim, nesses mesmos dados, 59% dos respondentes disseram que as manifestações eram a melhor maneira de reivindicar melhorias nas políticas públicas e de cobrança de atuação dos governantes, enquanto 37% acreditavam que havia outros meios melhores para conduzir a tais mudanças (IBOPE, 2013).

² Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística.

Em 2014 houve a tentativa de retomar os protestos que ocorreram no ano anterior. As matérias de jornais retratam as manifestações, que diferentemente de 2013, não incitou o mesmo contingente de apoiadores para participar. O jornal El País destaca a participação dos movimentos sociais e categorias de profissionais que aproveitaram o momento de desaprovação com o evento da Copa do Mundo para fazer as suas reivindicações (BORGES, 2014).

Como ocorrido em 2013, as manifestações em 2014 incluíram pedidos diversos como direito a moradia, melhoria nas estruturas educacionais, contra a corrupção, mais segurança, entre outros. Uma das manifestações cujo lema era “Copa sem povo, tô na rua de novo”, teve como organização mais de 100 movimentos populares.

Chama a atenção o pedido dos manifestantes para que o governo não tipifique como crime o ato de protestar, visto a elaboração do projeto de lei 499/2013 que tem a finalidade de tipificar o “crime de desordem” e também a tipificação da “associação para a prática da desordem” (GARREL; SILVA, 2014, pp. 10), o que poderia atingir o direito de se manifestar.

O dia 15 de março, também nomeado como o Dia Mundial de Lutas contra a Copa, reuniu em São Paulo mais de cinco mil pessoas, de acordo com as notícias da *Época*. O ato foi organizado pelo Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal, e contou também com a participação de partidos políticos e movimentos sociais. Além das categorias que estavam em greve, o principal motivo da manifestação foi o gasto público com a Copa do Mundo (REDAÇÃO, 2014).

Além de São Paulo, houve atos também em Brasília, com a participação de sindicatos, de partidos políticos, do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, e do Comitê Popular da Copa. No Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, em torno de mil manifestantes participaram contra as violações de direitos humanos, dentre eles profissionais da educação que estavam em greve, e o demais representantes dos mesmos grupos da manifestação em São Paulo.

Segundo a Agência Brasil (2014), os protestos do dia 15 chamaram a atenção da imprensa internacional, como o *The New York Times*, que destacou a crítica da população com os gastos com a competição de futebol, e adicionou que as manifestações serviriam de teste para o governo aperfeiçoar a segurança durante o evento. Por outro lado, a BBC focou nas 14 capitais impactadas pelos protestos, descritos como aquém do esperado pelas convocatórias, quando comparado com os protestos do ano anterior.

Houve muita expectativa para o início da Copa do Mundo em relação a como se dariam os atos de protestos, já que uma das principais razões levantadas era justamente os gastos com o evento, tanto no ano anterior, quanto em 2014. Uma semana antes da abertura da Copa, o governo de São Paulo se deparou com a greve no metrô, o que poderia prejudicar a locomoção dos usuários durante a cerimônia. No entanto, foi observado que durante os jogos a mobilização foi menor do que em 2013, apesar de terem continuado até o fim da Copa (MELITO, 2014).

Os manifestantes foram às ruas em diversas cidades-sede da Copa no dia da abertura, 12 de junho, e foram severamente reprimidos pela força policial. Todavia, no decorrer do evento o número de manifestações foi diminuindo e elas se tornaram mais localizadas, com um contingente de pessoas menor (Ibidem).

De acordo com o portal Agência Brasil, houve no dia 12 de junho, em São Paulo, um protesto chamado Sem Direitos Não Vai ter Copa, combinado pelas redes sociais, e que deu início às críticas em relação ao evento. O protesto também gerou tumulto para os que se dirigiam ao aeroporto, sendo a reação policial imediata reprimir o ato. No Rio de Janeiro também houve protesto contra a FIFA e as violações de direitos humanos por conta das obras. Em Belo Horizonte, os manifestantes protestavam também contra a violação de direitos humanos, a remoção dos ambulantes do seu local de trabalho, a retirada dos moradores de rua e a violência policial (MARTINS; TOKAMIA, 2015).

De acordo com informações divulgadas pela Agência Brasil, A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República realizou uma pesquisa que indica uma diminuição do apoio às manifestações quando comparado com 2013, em que 75% dos entrevistados apoiavam e ou participaram dos protestos. Já em maio de 2014 a porcentagem diminuiu para 54%. Em 2013 também se verificou que 25,69% dos entrevistados desaprovavam os protestos, sendo que em 2014 esse número chegou a 45,78%. Quanto à composição dos manifestantes, o estudo apontou que a maioria era composta por jovens de 15 a 29 anos de idade, 44% tinha plano de saúde, 93% tinha acesso à internet e a usava como fonte em busca de informação, e 26% tinha ensino superior incompleto ou completo. Dos entrevistados 60% disseram que não iriam participar das manifestações, entretanto, dentre estes, 34% disseram apoiar as manifestações³.

³ Informações disponíveis em: <http://www.abc.com.br/noticias/brasil/2014/06/apoio-e-adesao-aos-protestos-tiveram-queda-diz-estudo-da-sae>. Acesso em: 26 mai. 2018.

Uma das razões consideradas para a compreensão da diminuição do apoio às manifestações se relaciona ao uso da violência de alguns grupos, principalmente dos Black Bloc, que têm afastado os participantes de ocasião. Cabe ressaltar também a violência policial e os frequentes embates ocorridos entre os manifestantes e as forças policiais, que causaram acidentes e o aumento do número de vítimas de agressão. De acordo com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), de maio de 2013 até março de 2014, 79% dos casos de violência intencional registrados contra a imprensa de foram perpetrados por policiais, e 21% ocorreram por manifestantes (ABRAJI, 2014).

Outro motivo dado pelos meios de comunicação ao consultar especialistas, além da violência policial e dos adeptos da tática “black bloc”, foi a falta de uma reivindicação concreta, diferentemente do ocorrido no ano anterior em relação à demanda pela diminuição das passagens. Fonazieri, cientista político consultado pelo jornal EBC (2014), também enfatiza que como não houve colapso nos estádio e aeroportos, houve uma “reversão de expectativa”. O sociólogo Ricci acrescenta que a polarização discursiva entre os partidos Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), afastou os manifestantes por não quererem ser identificados com nenhum dos dois polos⁴.

Cabe lembrar que ainda em 2014, boa parte das vozes se direcionou ao impeachment da Dilma. De acordo com o G1 (2014), no dia 15 de novembro, mais ou menos 10 mil pessoas se reuniram na em São Paulo para reivindicar o impeachment da presidenta. Dentre os que protestavam, estava presente também um grupo de pedia por intervenção militar.

Célia Pinto (2017) analisa por meio da teoria do discurso de Laclau, a mudança discursiva que houve entre as manifestações de 2013 a 2015. Cabe inserir somente a análise dos anos de 2013 e 2014, em que é interessante observar, de acordo com a autora, como houve uma inflexão do discurso no período de 2014, o que acabou modificando as demandas dos que saíam nas ruas para protestar,

A autora identifica três grupos organizadores participantes em 2014: os “não vai ter Copa”, o “Comitê Popular da Copa”, e o “ Comitê Popular dos atingidos pela Copa”. As demandas eram as mesmas de 2013, todavia, em 2014 havia um conteúdo possivelmente capaz de se converter em um significante vazio, que seria a Copa do Mundo. Esta significou a corrupção, os gastos públicos desnecessários, a incompetência e o desgoverno, se tornando o sinônimo de governo Dilma. Diferentemente de 2013, houve um discurso articulado e a

⁴ Disponível em: <http://www.ebc.com.br/esportes/copa/2014/06/protestos-esvaziados-nas-cidades-sede-marcam-primeira-semana-da-copa>. Acesso em: 06 jun. 2018.

construção de equivalências que de certa forma juntava dois posicionamentos ideológicos opostos (PINTO, 2017, pp. 139).

Havia, então, manifestantes anti-PT e os que pertenciam a partidos de esquerda e movimentos sociais, que possuindo demandas fragmentadas, de alguma forma articularam seus discursos numa cadeia de equivalência composta por moradia, trabalho ambulante, dentre outras, que já foram citadas. No meio disso tudo, Pinto constata que houve um vazio discursivo do governo, que perdeu a capacidade de se significar discursivamente e, conseqüentemente, de dar significação às suas ações. À essa crise discursiva do PT, Pinto atrela a modificação discursiva durante a Copa em 2014 e a fragmentação ocorrida em 2013, o que deixou à disposição significantes flutuantes para serem empregados em novas cadeias de equivalência (Ibid., pp 140, 141, 143).

Assim, na abertura da Copa em 12 de junho, a vaia que a presidenta da República recebeu foi, para Pinto, o momento inicial do discurso conservador, essencialmente antipetista, que culminou em protestos pelo impeachment de Dilma. Isso não quer dizer que antes desse momento não havia discurso conservador, mas que em 2014, enquanto a centro esquerda estava embaralhada, a centro-direita tomou a direção da construção do discurso popular, impactando o discurso nas manifestações que, antes fragmentadas, encontraram o seu significante vazio: Dilma Rousseff. Articularam, então, em torno de Dilma, os conteúdos que significavam vicissitudes do Brasil (Ibid. pp. 145).

CAPÍTULO 3: DIÁLOGOS E INTERAÇÕES ENTRE A SOCIEDADE CIVIL E A CLASSE POLÍTICA

Tendo em vista o debate inicial sobre o conceito de representação, e como se dá a relação entre representante e representado, como Kinzo conclui, o aspecto primordial que se extrai é: como fazer com que os representantes escutem as demandas dos representados?

Afinal, a representação se faz necessária devido à complexidade das questões que surgem no âmbito social, bem como em razão dos múltiplos interesses a serem levados em consideração.

A noção de representação política, em um contexto democrático, pressupõe debate, em que as questões levantadas pela sociedade civil sejam escutadas e levadas em consideração pela classe política no momento de decisão e execução das políticas fundamentais para o bom funcionamento da sociedade.

O ideal seria que a própria sociedade civil estivesse presente no momento da tomada de decisão, podendo influenciar diretamente no rumo das ações a serem empenhadas pelo governo.

No entanto nem sempre é assim, e muitas vezes a classe política não se faz aberta ou disponível para que a sociedade civil influencie de alguma forma. É aí que se faz necessário ver a importância da ampliação do conceito de participação. Se a participação dependesse somente do momento eleitoral, poderíamos caracterizar tal sociedade como democrática?

Olhando somente para os meios institucionais de participação, ou seja, aqueles em que a participação se dá através de instituições, que pressupõem uma organização, procedimentos e normas a serem seguidos, os que se encontram fora dessas instituições podem possuir poucos recursos para influenciar politicamente. Fatores diversos poderiam ser a causa, como a falta de capital social ou econômico, que levam a desigualdades políticas. Para alguns a única maneira de participação política seria através de ações políticas não institucionalizadas, que segundo Trindade (2014), contribuem para a compreensão da democratização política no Brasil.

As manifestações, protestos, passeatas e ocupações, dentre outras formas de ação política extrainstitucionais, abrem o leque de formas participação para a sociedade civil. Não

que antes esses tipos de ações políticas não fossem realizados, e sim que, hoje, apesar de ainda serem bastante criticados, abrem-se a interpretação e o debate para a sua legitimação.

Assim, quando se fala em representação política, o retrato que é passado pelas pesquisas e noticiários é que há uma crise de representatividade, não só no Brasil, mas no mundo. Os representados não se identificariam mais com os seus representantes, nem com os partidos políticos e sua forma de atuação. Isso foi demonstrado nas manifestações de 2013 e 2014, quando as vozes nas ruas exprimiam sua insatisfação com o sistema político brasileiro, principalmente no que tange aos partidos políticos, possuindo muitas vezes um caráter antipartidário. Alvo também de indignação foi a própria classe política, que ao entrar em evidência o faz pelos motivos errados, como a corrupção.

Quanto à percepção da classe política sobre a sociedade civil nesse momento participativo, elas foram as mais variadas, desde aceitação da participação e das manifestações, como um meio de parecer receptiva “às vozes do povo”, já que essas seriam os “verdadeiros detentores do poder”, até a sua negação ou desqualificação.

Através das notícias e entrevistas veiculadas nos meios de comunicação, pode-se perceber a tentativa de alguns políticos de apoiarem as manifestações, ao tentar lidar com o ímpeto nas ruas. Por outro lado, foi percebido que alguns políticos tentaram deslegitimar a pauta das demandas, devido à forma de atuação de alguns manifestantes.

Em sua coluna na revista *Época*, Eliane Brum (2013) cita uma das respostas enunciadas pelo governador Geraldo Alckmin no Twitter, uma rede social, quando ele se refere aos manifestantes como “vândalos” e “baderneiros”, evidenciando a resistência e o não reconhecimento das pautas levantadas pelos manifestantes e das suas ações como propriamente legítimas. Outra de suas falas dizia respeito ao “direito de ir e vir” dos cidadãos, que se encontrava prejudicado pelas manifestações.

Da mesma maneira, Haddad, prefeito de São Paulo em 2013, deixou transparecer um discurso de que as coisas na verdade não estavam tão ruins assim, ao dizer que o aumento do preço das passagens do transporte público ficou abaixo da inflação. Mostrou-se resistente ao dizer que não iria dialogar em uma situação de violência, em entrevista à rádio CBN.

Diga-se de passagem, que a própria repressão policial em alguns momentos das manifestações, como no dia 13 de junho de 2013, é também uma resposta governamental aos movimentos, o que demonstra o despreparo tanto das forças policiais, quanto de representantes políticos em lidar com as reivindicações da sociedade civil.

Alguns outros políticos se mostraram confusos, como foi o caso do então ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, que admitiu a dificuldade em entender o que se passava nas ruas pela multiplicidade de lideranças, e pelos modos diferentes de se manifestar. No entanto, em uma de suas frases diz que é necessário ter humildade para buscar entender o que se passava, além de dizer que a grande adesão às manifestações demonstra que “há uma base material de descontentamento”. Reconheceu que uma das principais causas dos protestos, que foi o aumento das tarifas do transporte coletivo e a precariedade deste, era realmente um problema.

Por fim, a sua fala se remete às manifestações como uma novidade, e trata o fenômeno como positivo: “Sem dúvida nenhuma é muito positivo quando a sociedade participa, quer se manifestar. Essa é a nossa tradição, nós construímos um projeto político baseado na participação”⁵. Todavia, disse que as manifestações devem ter um limite, no que tange ao uso de métodos de violência, invasão do Congresso e impedimento da entrada de torcedores nos estádios.

Aguinaldo Ribeiro, o ministro das Cidades no ano de 2013, se reuniu com o MPL, e após a reunião também admitiu que o transporte público dos municípios brasileiros é deficiente.

Segundo o ministro, isso se deve à falta de investimentos na área que perdurou 30 anos, causando a falta de projetos e a má qualidade do serviço. Destaca-se que essa declaração foi dada em uma reunião feita entre Dilma e representantes do MPL, que foram chamados à Brasília para apresentarem as suas reivindicações, dentre as quais a diminuição das tarifas de e a viabilização de transporte gratuito. O ministro disse que o governo se coloca à disposição para dialogar, no entanto, a reivindicação sobre a gratuidade do transporte público deveria ser deixada para outro momento (COSTA; PASSARINHO; MENDES 2013).

Ainda que tendo diversos focos, as manifestações atingiram a classe política, a qual tentou incorporar alguns temas em sua agenda, tanto partidos de direita, quanto partidos de esquerda.

Evidencia-se a distância entre o discurso dos representantes partidários e os gritos das ruas, o que deixa claro a dificuldade dos diálogos entre os representantes e os representados.

⁵G1. “**Está difícil de entender**”, diz Gilberto de Carvalho sobre manifestações. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/esta-dificil-de-entender-diz-gilberto-carvalho-sobre-manifestacoes.html>. Acesso em: 12 jun. 2018

Isso pode ser percebido pelas medidas mais pontuais tomadas pelos governos estaduais e pelo governo federal, enquanto os manifestantes demonstravam querer reformas mais profundas.

Os temas trazidos à tona foram incluídos também na agenda governamental nas diferentes esferas, tendo como resultado a redução do preço das passagens em diversas localidades e a formulação de propostas em algumas áreas de políticas.

A resposta da ex-presidenta Dilma Rousseff foi dada no dia 17 de junho de 2013, no qual declarou que as manifestações eram “legítimas e próprias da democracia”, assim, os manifestantes tinham o direito de protestar, no entanto, segundo ela, as manifestações deveriam acontecer de forma ordeira e sem violência. O governo federal decidiu elaborar cinco pactos – posteriormente aprovados pelo Congresso Nacional – que atingem as principais áreas de políticas públicas, como a educação, a saúde e a mobilidade urbana. Direcionou também a atenção ao sistema político e à responsabilidade fiscal.

Dilma se reuniu com os governadores dos 27 Estados federativos e com os prefeitos das capitais para anunciar as medidas dos cinco pactos nacionais. Ressalta-se que não foram abarcadas todas as causas das manifestações. As causas pontuais e mais claras como, por exemplo, a redução das tarifas dos transportes, foram levadas em consideração pelos governos de algumas capitais e cidades em que se realizaram as manifestações. Outro exemplo seria a rejeição da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37, que retiraria a atribuição de investigação criminal de alguns órgãos, dentre eles, o Ministério Público, deixando tal função para policiais federais e civis (RODRIGUES, 2013). De igual modo, um projeto que tratava da “cura gay”, foi arquivado no Congresso em resposta à pressão popular. Já as outras reivindicações, mais genéricas, foram agrupadas em setores de políticas públicas.

Após as manifestações o aumento de vinte centavos da passagem de ônibus foi revogado em São Paulo, sendo que no Rio de Janeiro o governo também voltou atrás com a decisão de aumentar a passagem de R\$ 2,75 para R\$ 2,95, o mesmo feito em outras cidades (G1 REDAÇÃO, 2013).

Além dessas medidas dos governos estaduais, o governo federal sancionou uma lei que reduziu a zero as alíquotas das contribuições sociais que incidem sobre o transporte, diminuindo o custo para as empresas, o que necessariamente não significou uma redução das passagens para a população. Tal medida já tinha sido apresentada no Congresso Nacional e se encontrava em tramitação, sendo posteriormente transformado em lei⁶. Com as

⁶ Projeto de Lei 2.990 de 2011, transformado na Lei Ordinária 12860/2013.

manifestações, o projeto que havia sido apresentado dois anos antes teve o seu processo de aprovação acelerado⁷.

Percebe-se que algumas pautas para melhoria nos transportes já estavam inseridas no Congresso Nacional, contudo, não foram o assunto imediato e mais preocupante na agenda política dos parlamentares naquele momento. As manifestações serviram para impulsionar e redirecionar a atenção da classe política para os temas que mobilizavam a sociedade civil.

Quanto aos investimentos em mobilidade urbana, Dilma anunciou, ainda durante as manifestações, a disponibilização de 50 bilhões de reais para a melhoria do transporte. De acordo com a presidenta, investimentos para a melhoria da infraestrutura urbana e social já vinha sendo feita através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), que já destinava R\$ 93 bilhões para a melhoria dos transportes nos centros urbanos. Com o Pacto da Mobilidade Urbana, que veio acrescentar R\$ 50 bilhões, totalizando o valor de R\$ 143 bilhões em investimentos no setor. Parte da quantia vem do Orçamento Geral da União e outra do financiamento público, sendo feito o repasse da quantia para os Estados e Municípios, que são os responsáveis pela elaboração e execução dos projetos para cada localidade⁸.

Outra proposta no setor de transporte público anunciada pela presidente foi a criação de um Conselho Nacional do Transporte Público (LOURENÇO, 2013), que assim como outros Conselhos de gestão de políticas públicas, visaria ao aperfeiçoamento e a elaboração de novas políticas públicas voltadas para esse setor. No entanto, o projeto não foi levado à frente, existindo somente o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (CONIT)⁹, que é um órgão de assessoramento vinculado à Presidência da República.

Apesar de haver representantes da sociedade civil no conselho, estes são designados por decreto, e as reuniões que ali ocorrem não possuem caráter deliberativo e consultivo, de modo que pudessem incrementar a participação da sociedade civil no processo de tomada de decisões quanto às políticas públicas a serem implementadas.

Ressalta-se que se o projeto fosse levado à frente, ainda que limitado, melhoraria a correspondência entre a sociedade civil e os representantes sobre o tema da mobilidade

⁷ As informações sobre a tramitação podem ser encontradas no site da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=527583>. Acesso em 12 de jun. 2018.

⁸ Dados retirados do site do governo. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/editoria/infraestrutura/2014/04/ministerios-apresentam-criterios-da-2a-fase-do-pacto-da-mobilidade-urbana>. Acesso em 10 jun. 2018.

⁹ Informações sobre o Conselho Nacional podem ser encontradas no site do governo. Disponível em: <http://www.transportes.gov.br/conteudo/99-conit.html>. Acesso em: 15 jun. 2018.

urbana, visto o debate e as redes relacionais entre associações, movimentos sociais e governo, que são formadas em torno dos conselhos gestores de políticas públicas.

A proposta relacionada à Saúde se voltou para a implementação do Programa Mais Médicos, que visava ao suprimento da falta de oferta de médicos em locais distantes das grandes cidades. De acordo com o Ministério da Saúde, até 2013, 700 municípios não tinham ao menos um médico para atendimento à população¹⁰.

A prioridade do programa são os profissionais brasileiros, todavia há a possibilidade de inserção de profissionais de todas as nacionalidades, desde que se saiba a língua portuguesa. A atuação desses médicos seria realizada em regiões mais carentes, que possuem uma porcentagem considerável da população em situação de extrema pobreza, e também áreas regionais periféricas de capitais e regiões metropolitanas. Além da ampliação do efetivo de médicos para a população, o então ministro da Educação, Aloizio Mercadante, anunciou a abertura de 12 mil vagas em residência médica e 11 mil vagas em cursos de graduação de Medicina¹¹.

Um balanço feito cinco anos após a implementação do programa mostra que as metas prometidas em relação à criação de vagas para residência médica e vagas em cursos de Medicina foram cumpridas. Houve também o aumento de médicos nas regiões mais necessitadas, beneficiando mais de 63 milhões de pessoas no ano¹². Em 2016, o presidente Michel Temer decidiu prorrogar o programa por mais três anos (MAZUI; GARCIA, 2018).

Na educação, Dilma propôs que fossem destinados 100% dos royalties dos contratos de concessão e partilha do petróleo para o setor (VIEIRA, 2013). A proposta foi alterada pela Câmara dos Deputados que reduziu de 100% para 75% a destinação das verbas para a área da Educação, sendo que os 25% seriam destinados para a Saúde, de acordo com o texto do Projeto de Lei 5.500 de 2013. Este acrescenta também a destinação de 50% dos rendimentos do Fundo Social do Pré-Sal para a Educação. Esses recursos iriam ajudar no cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE), que em 2013 se encontrava em tramitação no Congresso,

¹⁰Informações sobre a tramitação podem ser encontradas no site da Câmara. **Retrospectiva 2013: a polêmica em torno do programa Mais Médicos**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/459739-RETROSPECTIVA-2013-A-POLEMICA-EM-TORNO-DO-PROGRAMA-MAIS-MEDICOS.html>. Acesso em 12 de jun. 2018.

¹¹Informações retiradas do endereço do governo. **Dilma sanciona lei do Mais Médicos**. 2013. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/editoria/saude/2013/10/sancionada-a-lei-do-mais-medicos>. Acesso em 01 jun. 2018.

¹²Informações encontradas no site do governo sobre o programa Mais Médicos. Disponível em: <http://maismedicos.gov.br/resultados-para-o-pais>. Acesso em: 01 jun. 2018.

e que tinha como uma das metas conseguir alocar 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação em uma década.

O Projeto de Lei 5.500/2013¹³, que trata sobre os royalties do petróleo, foi enviado pelo governo federal em maio, ou seja, antes das manifestações, e tramitava em regime de urgência. Após as manifestações houve maior celeridade para a aprovação do projeto, que ao passar pelo Senado, teve modificações que diminuiriam drasticamente os recursos repassados para a Saúde e a Educação¹⁴.

Em relação ao sistema político, tema alvo das manifestações de 2013 e 2014, em seu discurso Dilma propôs que se fizesse um plebiscito para que a população decidisse sobre a formação de um processo constituinte com o intuito de fazer uma reforma política profunda. Ao dizer que a reforma política foi um debate que esteve presente nas pautas por muitos anos, também citou que a Assembleia Constituinte para esse tema específico seria interessante para ampliar a participação e mudar alguns pontos importantes como financiamento de campanhas eleitorais, coligações entre partidos, entre outros. No entanto, a ideia foi descartada em menos de 24h, não sendo bem recebida pelos parlamentares.

A ideia do plebiscito foi descartada, assim como uma reforma política, sendo que em seu lugar surgiu uma nova minirreforma eleitoral, consistindo em um conjunto de medidas que alteram de forma parcial algumas regras eleitorais com o objetivo de diminuir os custos das campanhas e trazer mais igualdade na disputa entre os candidatos concorrentes aos cargos eletivos¹⁵.

Dentre as medidas elencadas acima, prometidas pelo governo federal, somente três se concretizaram: o arquivamento da PEC 37, criação do Programa Mais Médicos, e sanção da lei que destina os royalties do petróleo para a saúde a educação, tendo suas respectivas proporções cumpridas.

As melhorias nos transportes públicos ficaram aquém do esperado, tanto no número de empreendimentos realizados, quanto na quantidade de investimento e repasse do governo federal aos estados e municípios.

¹³ Apensado ao Projeto de Lei 323/2007 (CÂMARA) . A informação foi acessada e se encontra disponível no site: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=575644>. Acesso em 11 jun. 2018.

¹⁴ Posteriormente foi transformado na Lei nº 12.858 de 09/09/2013 (SENADO). Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/113372>. Acesso em 01 jun. 2018.

¹⁵ O teor da minirreforma pode ser encontrado no Projeto de Lei 5.735/2013, que versa também sobre as normas de propaganda eleitoral. Foi transformado na Lei Ordinária 13165/2015.

A pretensão de reforma política ampla não foi realizada, como visto, em seu lugar houve uma minirreforma eleitoral, não adentrando propriamente nas questões levantadas pelos manifestantes, como maior punição para a corrupção.

É interessante citar a Lei da Ficha Limpa¹⁶, que foi aplicada pela primeira vez nas eleições municipais de 2012, e posteriormente nas eleições gerais de 2014. Houve diversas discussões, mesmo após a sua aprovação, sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade dessa lei, pois de acordo com alguns seria um tipo de sanção para pessoas que ainda não tiveram suas ações transitadas em julgado, ferindo o princípio de presunção de inocência. Essa lei, sumariamente, visa a tornar inelegíveis aqueles que buscam influenciar de alguma forma os resultados políticos (eleitorais ou não) através do abuso do poder econômico ou político¹⁷.

Para a formulação da lei, houve previamente uma articulação popular, envolvendo diversos setores da sociedade. Da mesma forma, em 2013, esteve presente nas vozes das ruas o pedido de ficha limpa para os servidores públicos, que deu impulso à apresentação de uma Proposta de Emenda à Constituição¹⁸, colocando o tema em debate nas Casas legislativas.

Outra forma de combater a influência negativa do poder econômico sobre o poder político pode ser vista através da proibição do financiamento de campanha por empresas, ou seja, pessoas jurídicas. Esta medida foi votada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que tornou inconstitucionais as normas que versavam sobre a permissão do financiamento eleitoral por parte de empresas. Fica ainda permitido o financiamento de pessoas físicas, individual, de até 10% do rendimento do ano anterior (RAMALHO, 2015).

Contudo, a referida medida movimentou a classe política a favor de outra forma de financiamento, além do Fundo Partidário (Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos). Esforços foram empreendidos pelos parlamentares com o intuito de aumentar as verbas para as campanhas eleitorais, que após a proibição do financiamento empresarial, ficou aquém do desejado. Como resultado, foi criado o Fundo Eleitoral (Fundo Especial de Financiamento da Democracia) (GARCIA, 2017), também conhecido com “fundão”, que complementaria o financiamento do Fundo Partidário, a partir de recursos públicos. A

¹⁶ A Lei Complementar 135/2010.

¹⁷ Refere-se à inelegibilidade dos condenados, em decisão transitada em julgado, ou proferida por órgão judicial colegiado. Para saber mais, um texto explicativo encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Junho/serie-ficha-limpa-inelegibilidades-criadas-pela-lei-causam-afastamentos-de-candidatos>. Acesso em 12 jun. 2018.

¹⁸ Proposta de Emenda à Constituição 6/2012, posteriormente transformada na PEC 284/2013.

polêmica que gira em torno do financiamento público voltado para as campanhas eleitorais, diz respeito à quantia, que inicialmente era exacerbada.

O que se pode apreender com a questão do fundo, é que enquanto pode ser um ótimo recurso quando comparado com o financiamento privado de campanha, na verdade o sistema político continua estagnado.

Primeiro, porque o próprio Fundo Partidário, pode ter sua quantia flexibilizada para atingir os interesses dos partidos políticos. Adicionalmente se insere outro tipo de financiamento público, que ao ser repassado para os partidos políticos, e posteriormente, para os detentores dos mandatos, impede a renovação política. Isso porque, de maneira pragmática, verbas públicas seriam repassadas para possibilitar a candidatura e a permanência de indivíduos que já se encontram no poder. Contrariamente, pessoas que ainda não possuem mandato veem dificultada sua possibilidade de inserção na disputa por questões econômicas, que se traduzem em desigualdade política.

A insatisfação apresentada nas ruas quanto à representação, tinha essencialmente o tom de reprovação quanto à continuação de uma velha política, em que os que são eleitos são sempre os mesmos. O fundo eleitoral apresentado acima tem como consequência justamente a manutenção dos que já se encontram no poder, e o fortalecimento dos partidos políticos, os quais, com as suas atuais configurações, foram criticados duramente nas manifestações. É possível perceber que, em muitos momentos, apesar de alguns grupos se declararem apartidários, as manifestações tiveram conotações antipartidárias.

O ponto de destaque é que o debate sobre a corrupção, que foi um dos temas mais contundentes nas manifestações, se aprofundou na sociedade civil, principalmente após os escândalos de corrupção do Mensalão em 2012. Piorou ainda com as deflagrações das investigações da Lava Jato no ano de 2013 e, principalmente 2014, influenciando drasticamente a opinião pública em relação à corrupção política e administrativa. As instituições políticas continuaram marcadas com esse selo da corrupção, o que influencia também na percepção da sociedade sobre a classe política que os representa. Afinal, se estão ali para representar a sociedade, por que desviam dinheiro público, e se aproveitam da posição para a realização de seus próprios interesses, em detrimento dos interesses da coletividade?

As investigações da Lava Jato, que abriram o panorama para a compreensão da proporção da corrupção no país, fez com que alguns projetos fossem apresentados com o objetivo de combate do problema. Um exemplo se trata das 10 Medidas Contra a Corrupção,

projeto que foi criado pelo Ministério Público e apresentado por iniciativa popular. Apesar de o projeto ainda não ter sido aprovado, demonstra-se a mobilização de setores da sociedade juntamente com o Ministério Público em torno deste objetivo em comum.

O clima de tensão gerado pela opinião pública e pelas manifestações quanto ao tema da corrupção no sistema político atingiu, presumivelmente, os poderes judiciários. Como exemplo pode-se citar algumas medidas tomadas por servidores do judiciário nas investigações relacionadas à corrupção, como a condução coercitiva de Lula sem haver tido uma anterior intimação para depor como testemunha. Uma das justificativas dadas pelo juiz responsável pela decisão foi a de causar menos comoção social. Pode-se questionar até que ponto a busca pelo objetivo de diminuir a corrupção tem interferido em processos jurídicos, principalmente quando se trata das investigações da Lava Jato.

Relacionando o sistema político e a falta de representação, pode-se citar o pensamento de Pitkin sobre o ponto principal de a representação ser a atividade desempenhada pelos representantes, cujas ações devem ser pautadas pela prestação de contas contínua e pela responsividade. Os escândalos de corrupção demonstram, por outro lado, o não funcionamento da representação como deveria ser. A classe política, uma vez no poder, não procura prestar contas das suas ações, e muito menos criar mecanismos institucionais para que a prestação seja feita.

Manin ao tratar dos princípios do governo representativo, cita que um deles é a independência parcial dos representantes em relação à vontade dos representados.

Pode-se argumentar que sendo essa uma das características do governo representativo, é normal que haja certa independência dos representantes quanto às vontades dos representados. Assim, não se pode tratar a representação como sendo o exercício indireto da soberania popular. Inclusive, uns dos pontos que Manin aborda é justamente o contraste existente entre representação e democracia.

No entanto, é defendida por Young (2006) a natureza relacional da representação, sendo que se não há conexão entre representantes e representados, pode-se questionar o caráter representativo de tal governo. Para a autora a prestação de contas e a conexão são fundamentais para que haja a representação, mesmo admitindo que ela se apresente como uma relação em que representantes e representados estejam separados, sem, no entanto, estarem desconexos. Um dos motivos para as críticas sobre a representação pode ser o afastamento

entre eleitores e eleitos após o período eleitoral, resultando na quebra do vínculo já frágil entre eles.

Outro fator a ser citado é o desestímulo à participação, que foi enfrentado de frente pelos manifestantes, que além de todas as medidas reivindicadas, queriam garantir o seu direito de participar. Em muitas falas encontradas nos jornais, a repressão policial, estopim para a adesão às ações de protesto, expressam a defesa da participação – nesse caso, extrainstitucional – como um meio legítimo de exercício da cidadania.

Se há um problema com a representação política, e dificuldade por parte da sociedade civil de atingir a classe política com as suas reivindicações, as medidas que têm sido tomadas como “solução” ou reformas políticas sancionadas para responder ao interesse social, vão na contramão do que a população realmente deseja. Por terem perdido o vínculo com seus eleitores, não sabem interpretar as demandas, ou pior ainda, decidem não atendê-las, demonstrando um grau de independência além do já “previsto” nos governos representativos.

Percebe-se que superficialmente as demandas foram respondidas, pois pequenos pontos foram mudados nas diferentes áreas de foco do governo, no entanto, muitas ficaram somente no papel. Assim, pode-se considerar que houve abertura para que as demandas fossem enxergadas pelos representantes, no entanto, não o suficiente para que houvesse reais mudanças.

É interessante observar que nos momentos de enfrentamento entre manifestantes e o Estado, sendo este utilizador do recurso da violência para combater os protestos, houve o aumento da adesão da sociedade e do apoio aos manifestantes. Todavia, quando a violência foi utilizada como uma estratégia de enfrentamento do Estado, o movimento se arrefeceu e também o apoio aos protestantes. Tal falta demonstra o receio da população com formas mais contenciosas de ação política, ainda que elas sejam mais eficazes em atingir a classe política e em dar mais visibilidade para os motivos dessa modalidade de participação.

Além de constatar a falta de conexão entre os eleitores e os representantes, vale frisar a importância das manifestações para, no mínimo, melhorar a responsividade entre os eleitores e os eleitos, e entre os eleitores entre si.

Como uma alternativa aos métodos institucionais de participação, a conclusão a que se chega é que os protestos foram bem sucedidos em trazer a atenção da classe política para as vontades das ruas. Mesmo que as demandas não tenham sido todas respondidas, ou tenham sido aplicadas parcialmente, as manifestações inseriram no debate político institucional os

interesses populacionais, bem como introduziram o debate na opinião pública de modo central.

É por isso que as formas de ação política independentes das instituições se fazem tão importantes para que haja ao menos um pequeno aumento nas possibilidades de interferência política pela sociedade civil.

Pode-se considerar, também, como um dos desdobramentos das manifestações, o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. As manifestações continuaram pelos anos seguintes, adquirindo um caráter mais conservador e antipetista, assim, foi uma oportunidade para a oposição governante exercer mais influência no Congresso.

Não se entra no mérito dos argumentos jurídicos para fundamentar o impeachment de Dilma, mas sim sobre a mudança nas alianças políticas dentro do Congresso e sobre o número de manifestantes que apoiavam o impeachment.

O caso mais emblemático sobre a troca de alianças – alguns dizem se tratar da falta de manejo político da ex-presidenta em fazer manter a sua base de apoio – refere-se ao Partido Social Democrata Brasileiro (PMDB).

A crise de representatividade presente no país, uma das causas das manifestações, fez emergir na sociedade um posicionamento mais conservador. Como diria Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), a disputa pela democracia possui tanto projetos democráticos, quanto autoritários. Assim, em termos das expressões públicas de descontentamento, pode-se dizer que em um determinado momento a balança pendeu para o lado de projetos autoritários.

Tal fato ficou evidente na presença de pedidos por intervenção militar durante as manifestações de 2014, e também nos anos posteriores. Esses pedidos, que antes eram restritos a pequenos grupos da extrema direita do espectro político, passaram a ser encontrados mais e mais vezes no discurso exposto nas redes sociais e nas ruas, e demonstram o acirramento da disputa pelos defensores de projetos políticos autoritários.

O resultado desse renovado discurso autoritário levou ao crescimento do apoio a políticos como o Jair Bolsonaro. Este foi o deputado mais votado do Rio de Janeiro nas eleições de 2014. É conhecido por ser polêmico e também pelo seu conservadorismo político. A inferência que é feita é: por não se sentirem representados, pela falta de confiança nas instituições políticas, pela percepção do não funcionamento da democracia, a alternativa encontrada por setores na sociedade é a figura de um político que agiria com o “pulso firme”.

Esta seria a maneira de dar um basta aos males trazidos pelo “petismo”, e o prelúdio de uma nova forma de conduzir o país, aparentemente, melhor do que tem sido feito.

Desta forma, é válido dizer que nos encontramos atualmente em uma situação de incerteza quanto às eleições de 2018. Tanto a classe política, quanto os eleitores não sabem que resultados esperar das próximas eleições. Percebe-se a polarização da sociedade brasileira entre dois projetos em disputa, um de cunho progressista, e outro de caráter que pode ser considerado autoritário. O primeiro pode ser visto pelos demais como a continuação dos males do passado petista, e o segundo pode ser interpretado pelos progressistas como um retrocesso.

CONCLUSÃO

As manifestações de 2013 e de 2014 tiveram suas diferenças quanto a sua organização. Ainda assim, apresentaram semelhanças em relação às pautas reivindicadas, pois muitas se repetiram com algumas pequenas mudanças relacionadas às demandas das próprias categorias de profissionais que realizaram greves por todo país, bem como ao caráter antipartidário e autoritário que se destacou em alguns momentos em 2014.

Quanto às respostas dadas pelo governo aos manifestantes, pode-se dizer que foram quase imediatas. O governo assumiu o compromisso de resolver as questões colocadas em debate e em evidência pelos manifestantes, desenvolvendo cinco pactos com questões centrais para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Dá-se destaque ao sistema político e às críticas apresentadas referentes a ele, e a como o governo reagiu aos manifestantes, visto que, a resposta do governo pode ser um indicativo da qualidade da representação política.

Pode-se ver que a tensão popular alcançou o objetivo de direcionar a atenção da classe política para os pontos que a sociedade civil considerou importantes. A opinião pública, formada pelos meios de comunicação e a população em geral, também foram afetadas pelas manifestações, o que pode ser visto pelo amplo debate sobre a razão das manifestações.

As respostas foram dadas pelos representantes, algumas com efeito imediato, outras que só podem ser percebidas em longo prazo. Ao todo, os governantes atenderam poucas reivindicações de forma concreta. Muitas delas ainda se encontram como projetos ou foram aplicadas parcialmente. Outras respostas foram desvirtuadas quando comparadas com o real interesse dos manifestantes. Isso pode ser visto, principalmente, quando se analisa as ações com a tentativa de mudanças no sistema político, que na verdade fez permanecer o principal fator que os manifestantes pretendiam mudar: a própria classe política.

Atrela-se tal resultado à crise de representatividade, um dos motivos das manifestações, que se tornou aparente com as demonstrações antipartidárias, outras vezes, antipolíticas, das manifestações. Por outro lado, superficialmente, os representantes se mostraram abertos ao diálogo, e dispostos a atender a população. No entanto, como as propostas em sua maioria só ficaram no papel, questiona-se até que ponto houve real abertura.

Os desdobramentos das manifestações foram os mais variados, principalmente quando se diz respeito às mudanças políticas. Eles puderam ser percebidos nas diferentes esferas de poder, e também na sociedade civil, com o incremento do projeto autoritário na opinião popular. Os efeitos produzidos impactaram profundamente a população, tornando a polarização entre dois projetos em disputa mais evidente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAJI. **Abraji atualiza levantamento e contabiliza 163 violações a jornalistas em protestos.** 2014. Disponível em: http://old.abraji.org.br/index.php?id=90&id_noticia=2781. Acesso em 31 mai. 2018.
- AGÊNCIA BRASIL. **Protestos esvaziados nas cidades-sede marcam primeira semana da Copa.** Agência Lusa, 2014. Disponível em: <http://www.abc.com.br/esportes/copa/2014/06/protestos-esvaziados-nas-cidades-sede-marcam-primeira-semana-da-copa>. Acesso em: 06 de jun. 2018.
- BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**, vol. 2. Brasília: Editora UnB, 2010. Verbetes "Participação Política".
- BOBBIO, Noberto. **Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 33-49.
- BORGES, Beatriz. **Os manifestantes tentam resgatar o espírito dos protestos de junho de 2013.** El País, 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/16/politica/1400194753_481058.html. Acesso em: 31 maio 2018.
- BORBA, Julian. **Participação Política: uma revisão dos modelos de classificação.** *Revista Sociedade e Estado*, vol. 27, n. 2, Maio/Agosto 2012, pp. 263-288.
- BRUM, Eliane. **Quanto valem 20 centavos?** Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2013/06/quanto-valem-20-centavos.html>. Acesso em: 12 jun. 2018.
- BURKE, Edmund. **Discurso aos eleitores de Bristol.** *Revista Sociologia Política*, Curitiba, vol. 20, n. 44, nov. 2012, pp. 97-101.
- CÂMARA. **Retrospectiva 2013: a polêmica em torno do programa Mais Médicos.** 2013. Disponível em: www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/459739-RETROSPECTIVA-2013-A-POLEMICA-EM-TORNO-DO-PROGRAMA-MAIS-MEDICOS.html. Acesso em: 15 jun. 2018.
- COSTA, F; PASSARINHO, N; MENDES, P. **Após reunião com o MPL, ministro reconhece transporte deficiente.** G1, 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/apos-reuniao-com-mpl-ministro-reconhece-transporte-deficiente.html>. Acesso em 12 jun. 2018.
- DAGNINO, E; OLVERA, A.; PANFICHI, A. **Para outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina.** In: _____; _____; _____. (orgs.) *A disputa pela construção democrática na América Latina.* São Paulo: Paz e Terra, 2006. pp. 13-91.
- FLORESCIA, Olívia. **Manifestantes fazem ato contra Dilma na Avenida Paulista.** G1, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/11/manifestantes-ocupam-avenida-paulista-em-protesto-contradilma.html>. Acesso em 31 mai 2018.

GARCIA, Gustavo. **Como fica o financiamento de campanhas após a aprovação da reforma política.** *G1*, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/como-fica-o-financiamento-de-campanhas-apos-a-aprovacao-da-reforma-politica.ghtml>. Acesso em 11 jun. 2018.

GARRELL; SILVA. **Manifestações populares e os recentes projetos de Lei “Antiterrorismo”: expansão do Estado de Exceção?** Encontro da ANDHEP – Políticas Públicas para a Segurança Pública e Direitos Humanos, USP, São Paulo, 2014, pp. 10. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/473209/mod_resource/content/1/Projeto%20de%20Lei%20499%20de%202013_%20Artigo%20seminario%20USP%202014_Item%204%20analisa%20o%20projeto.pdf. Acesso em 05 maio 2018.

G1. **Governo zera cobrança de PIS/Pasep e Cofins para transporte público.** 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/09/governo-zera-cobranca-de-pispasep-e-cofins-para-transporte-publico.html>. Acesso em 06 de jun. 2018.

G1. **“Está difícil de entender”, diz Gilberto de Carvalho sobre manifestações.** Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/esta-dificil-de-entender-diz-gilberto-carvalho-sobre-manifestacoes.html>. Acesso em: 06 jun. 2018.

IBOPE. **89% dos manifestantes não se sentem representados por partidos.** 2013. Disponível em: www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/89-dos-manifestantes-nao-se-sentem-representados-por-partidos.aspx. Acesso em: 31 mai. 2018.

IBOPE. **75% dos brasileiros são favoráveis às manifestações públicas.** 2013. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/75-dos-brasileiros-sao-favoraveis-a-manifestaco-publicas.aspx>. Acesso em: 31 mai. 2018.

KINZO, Maria D’Alva Gil. **Representação política e sistema eleitoral no Brasil.** Capítulo 1: O conceito de representação. São Paulo: Símbolo, 1980.

LOURENÇO, L. **Dilma anuncia mais R\$ 50 bilhões para obras de mobilidade urbana.** *PORTAL EBC*, 2013. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-06-24/dilma-anuncia-mais-r-50-bilhoes-para-obras-de-mobilidade-urbana>. Acesso em 10 de jun. 2018.

MANIN, Bernard. **As metamorfoses do governo representativo.** <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_29/rbcs29_01.htm> Acesso em 20 abr. 2018.

MARTINS, H; TOKAMIA, M. **Brasileiros vivem dia de tensão dentro e fora do campo.** Agência Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2014/06/brasileiros-viem-dia-de-tensao-dentro-e-fora-do-campo>. Acesso em: 25 mai. 2018.

MAZUI, Guilherme; GARCIA, Gustavo. **Junho de 2013: cinco anos depois, parte das medidas para responder aos protestos não saiu do papel.** *G1*, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/junho-de-2013-cinco-anos-depois-parte-das-medidas-para-responder-aos-protestos-nao-saiu-do-papel.ghtml>. Acesso em 14 jun. 2018.

MELITO, Leandro. **Manifestações perdem força, mas continuaram até o fim da Copa.** *PORTAL EBC*, 2014. Disponível em: www.ebc.com.br/esportes/copa/2014/07/manifestacoes-perderam-adesao-durante-a-copa. Acesso em: 31 abr. 2018.

- MELO, Karine. **Protestos contra a Copa do Mundo chama a atenção da imprensa internacional.** Agência Brasil, 2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-05/protestos-contracopa-do-mundo-chamam-atencao-da-imprensa-internacional>. Acesso em: 30 mai. 2018.
- MIGUEL, Luis Felipe. **A Democracia Domesticada: Bases Antidemocráticas do Pensamento Democrático Contemporâneo.** *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº3, 2002, pp. 483 a 511.
- PERUZZO, Cicilia M. K. **Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que o “gigante acordou” (?).** *Matrizes*, São Paulo, vol. 7, nº 2, 2013, pp. 73-93.
- PINTO, C. R. J. **A trajetória das manifestações de rua no Brasil (2013-2015).** *Lua Nova*, São Paulo, nº 100, 2017, pp. 119-155.
- PITKIN, Hanna. **Representação: palavras, instituições e ideias.** In: BALL, Terence; FARR, James; RUSSEL, Hanson (orgs.). *Political innovation and conceptual change*. Cambridge, Cambridge University Press, 1989.
- PHILLIPS, ANNE. **De uma política de ideias a uma política de presença?** *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 9, n.1, p. 268-290, 2001 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100016&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 10 abr. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100016>.
- RAMALHO, Renan. Supremo proíbe doação de empresas para campanhas eleitorais. *G1*, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/09/supremo-decide-proibir-doacoes-de-empresas-para-campanhas-eleitorais.html>. Acesso em 10 jun. 2018.
- REDAÇÃO. **Protestos de grevistas e contra gastos com a Copa marcam 15M.** *Época*, 2014. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/05/protestos-de-grevistas-e-contragastos-com-copa-marcam-15m.html>. Acesso em 31 maio 2018.
- RODRIGUES, L. **Entenda o que é a PEC 37.** Portal EBC, 2013. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/06/entenda-o-que-e-a-pec-37>. Acesso em: 12 de jun. 2018.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Manifestações de Rua no Brasil, 2013: Encontros e desencontros na política.** Caderno CRH, Salvador, v. 27, nº 71, 2014, pp. 417-429.
- TRINDADE, Thiago. **A participação para além dos espaços institucionais: o movimento de moradia e as ocupações de imóveis ociosos no centro da cidade de São Paulo (SP).** 39º Encontro Anual da ANPOCS, 2014.
- VIEIRA, Leonardo. **Projeto original de 100% dos royalties para Educação já era ‘insuficiente’, dizem especialistas.** *Jornal O GLOBO*, 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/projeto-original-de-100-dos-royalties-para-educacao-ja-era-insuficiente-dizem-especialistas-8814510>. Acesso em: 11 jun. 2018.
- YOUNG, Iris Marion. **Representação política, identidade e minorias.** *Lua Nova*, São Paulo, nº 67, 2006, pp. 139-190.